

*Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos**

PETRÔNIO DOMINGUES
Universidade Federal de Sergipe

RESUMO

A proposta deste artigo é fazer alguns apontamentos acerca do movimento negro organizado brasileiro, tendo em vista a discussão de suas tendências e de seus dilemas na fase contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Negro; Racismo; Relações Raciais; Movimento Negro.

ABSTRACT

This article's objective is sharing a few notes about the organized African Brazilian movement, considering the discussion about its tendencies and dilemmas in the contemporary phase.

KEYWORDS: Racism; Racial Relationships; Afro-Brazilian Movement.

O tema central deste artigo é o movimento negro organizado brasileiro. Buscar-se-á apresentar algumas notas acerca das tendências e dos dilemas desse movimento na fase contemporânea. Uma das principais tendências que se delineia é a luta pela implementação das ações afirmativas (ou políticas públicas específicas) em benefício da população de ascendência africana. Sugere-se que isso só é possível porque o movimento negro deixa, cada vez mais, de ser *culturalista* e passa a encampar um projeto anti-racista mais propositivo, privilegiando a arena política como espaço de ação. No entanto, existe o desafio de esse movimento ser menos *racialista* e se aliar a outros setores da sociedade civil, de modo que possa ampliar as conquistas e sinalizar, efetivamente, pelo fim das adscrições raciais no País.

A abolição da escravatura foi decretada em 1888; um ano depois, foi proclamada a República. O novo sistema político, entretanto, não garantiu significativos ganhos materiais ou simbólicos para a população negra. Ao contrário, esta, segundo George Andrews (1991:32), foi marginalizada, “seja politicamente em decorrência das limitações da República no que se refere ao sufrágio e as outras formas de participação política; seja social e psicologicamente, em face das doutrinas do racismo científico e da ‘teoria do branqueamento’; seja ainda economicamente, devido às preferências em termos de emprego em favor dos imigrantes europeus”. Para reagir a esse quadro de marginalização nas primeiras décadas da República, os libertos, ex-escravos e seus descendentes resolveram instituir o que posteriormente foi designado de movimento negro organizado, criando dezenas, quiçá centenas de grupos (denominados clubes, grêmios ou associações), de caráter eminentemente assistencialista, recreativo e/ou cultural (Domingues, 2004; Pinto, 1993). Tais grupos exerceram – ou almejavam exercer – um importante papel de conscientização e mobilização raciais.

Da primeira fase do movimento da “classe dos homens de cor”, a mais importante organização foi a Frente Negra Brasileira (FNB). Nascida na cidade de São Paulo em 1931, chegou a aglutinar milhares de negros – espalhados por mais de 60 delegações (“filiais”) – em torno de um programa que anatematizava o “preconceito de cor”. Mantinha escola, grupo musical, time de futebol, grupo teatral; oferecia assistência jurídica, serviço médico e odontológico, cursos de formação política, de artes e ofícios; além de publicar o jornal *A Voz da Raça*. Em 1936, a FNB transformou-se em partido político. Influenciada pela conjuntura internacional de ascensão do nazi-fascismo, notabilizou-se por defender posições políticas e ideológicas ultranacionalistas. Com a instauração da ditadura do “Estado Novo”, a organização foi extinta, em 1937 (Domingues, 2005a).

Os anos de vigência do Estado Novo (1937-1945) foram caracterizados por violenta repressão política, inviabilizando qualquer movimento contestatório. Mas, com a queda da ditadura “varguista”, ressurgiu o protesto negro organizado na cena política do país. Dessa nova fase, a União dos Homens de Cor (UHC) foi uma das principais entidades negras. Sua fundação se deu na cidade de Porto Alegre, em janeiro de 1943. A UHC era constituída de uma complexa estrutura organizativa e chama-se à atenção sua escalada expansionista. Na segunda metade de 1940, ela abriu sucursal ou teve representantes em dez Estados da Federação (Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Sul, São

Paulo, Espírito Santo, Piauí e Paraná), estando presente em inúmeros municípios do interior (Silva, 2003). Embora sem a mesma audiência no seio das “massas de cor”, o Teatro Experimental do Negro (TEN) foi um outro grupo importante dessa fase. Sua formação ocorreu no Rio de Janeiro, em 1944 (Müller, 1988; Maués, 1997).

A ditadura que foi implantada a partir do golpe militar de 1964 desarticulou a luta política do movimento negro organizado. Seus militantes eram vigiados pelos órgãos de repressão. A discussão pública da questão racial foi praticamente banida, de modo que o movimento só reuniu forças para se reorganizar no final da década de 1970, quando outros movimentos populares (como o sindical, estudantil, das mulheres e dos *gays*) entraram em cena no país. Um marco desse processo foi a fundação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), na cidade de São Paulo, em 1978. Posteriormente, foram aprovados o Estatuto, a Carta de Princípios e o Programa de Ação. No seu 1º. Congresso, o MUCDR conseguiu reunir delegados de vários Estados. Como a luta prioritária do movimento era contra a discriminação racial, seu nome foi simplificado para Movimento Negro Unificado (MNU). A partir desse agito inicial, formaram-se Centros de Luta no Rio de Janeiro, em Salvador, Porto Alegre e Vitória (Moura, 1983; Cardoso, 1988; Silva, 1994; Hanchard, 2001).

Na década de 1980, o MNU foi a mais importante organização a levantar a bandeira em defesa dos direitos dos afro-brasileiros. No seu Programa de Ação de 1982, defendia as seguintes reivindicações “mínimas”: desmitificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do movimento negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, e a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país.

Tendências atuais do movimento negro: especialização das entidades

Na década de 1980 e, principalmente, depois do processo de redemocratização do País, iniciou-se uma tendência de atomização do movimento negro. Foram criados centenas de grupos afro-brasileiros por todo o território nacional. Em São Paulo, surgiram o Instituto do

Negro Padre Batista, o Núcleo de Consciência Negra na USP, a Afrobras; no Rio de Janeiro, apareceu o Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP); em Recife, o Djumbay; no Pará, o Centro de Defesa do Negro do Pará (Cedenpa); em Aracaju, a União de Negros de Aracaju (UNA); no Maranhão, o Centro de Cultura Negra (CCN); em Belo Horizonte, a Casa Dandara, entre muitos outros grupos. Como protesto à ausência de espaço, tanto no movimento feminista, quanto no movimento negro, as mulheres afro-brasileiras fundaram suas próprias organizações, como o Geledes, em São Paulo; a Criola, no Rio de Janeiro; a Nzinga, Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte; a Associação das Mulheres Negras, de Porto Alegre (Roland, 2000).

Segundo levantamento realizado pelo Instituto de Estudo da Religião (ISER), havia, só na cidade de São Paulo, noventa entidades negras organizadas em 1988. Já no mapeamento realizado pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares do Negro Brasileiro (NEINB/USP), constatou-se a existência de mais de mil e trezentas entidades na década de 1990 (*apud* Guimarães e Huntley, 2000: 70), as quais realizavam um trabalho de cunho cultural, recreativo, religioso, educacional e/ou político.

Na década de 1990, continuou a tendência quer de fragmentação quer de multiplicação do movimento negro, com a formação de vários grupos regionais, de atuação local. A “regionalização” do movimento implicou na diluição do MNU, que perdeu muito de sua força política aglutinadora, isto é, de sua capacidade de canalizar em frente única a luta anti-racista do país. No bojo desse processo, paradoxalmente, surgiram outras organizações de inserção nacional. As mais importantes foram: os Agentes de Pastoral Negros (APNs), ligados à Igreja Católica; a União de Negros pela Liberdade (Unegro), vinculada ao Partido Comunista do Brasil (PC do B); o Congresso Nacional Afro-Brasileiro (CNAB), o Fórum Nacional de Mulheres Negras, a Coordenação Nacional dos Estudantes Negros Universitários (CECUN); a Coordenação Nacional dos Remanescentes de Quilombos; a Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN) e o Movimento Nacional pelas Reparações.

Em 1991, realizou-se o 1º Encontro Nacional de Entidades Negras (ENEN), em São Paulo. Na avaliação da comissão organizadora, o conclave “ampliou a visibilidade do Movimento Negro; os contornos da discriminação racial ficaram mais nítidos a outros movimentos sociais; rompeu-se o isolamento político do Movimento Negro; o ENEN permitiu que o Movimento Negro ganhasse maior grau de organização; o ENEN permitiu, apesar de todos os problemas ocorridos, que houvesse um fortalecimento do relacionamento entre as entidades”.¹

No final do conclave foi fundada a Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN), funcionando como uma espécie de central das organizações afro-brasileiras de base de todo país e articulando os Fóruns Estaduais de Entidades Negras. Tem uma linha política de unidade dos agrupamentos do movimento negro, porém sofre o boicote de um dos maiores deles, o MNU. A CONEN também nasceu com a perspectiva de ação internacionalista, por isso organizou o Congresso Continental dos Povos Negros das Américas, na cidade de São Paulo, em novembro de 1995, com a participação de representantes de 19 países. Em novembro de 1999, organizou o 2º ENEN, no Rio de Janeiro, com a participação de grupos e organizações negras de base de 17 Estados.

Na década de 1990, verificou-se uma outra tendência: muitas entidades negras se especializaram, passando a atuar em uma única área. Com esse espírito, surgiram as entidades voltadas para atuar na área da educação, como a Associação Afro-Brasileira de Educação Cultural e Preservação da Vida (Abrevida), em São Paulo; o Educafro, no Rio de Janeiro; o Núcleo de Estudos do Negro (NEN), em Florianópolis; as entidades dedicadas à saúde reprodutiva da mulher negra, como a ONG Fala Preta!, de São Paulo; as direcionadas aos empresários negros, como o Coletivo de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros do Triângulo Mineiro (Ceabra); as destinadas a enfrentar o racismo à luz do Direito, como as Comissões do Negro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); as dirigidas para tratar dos problemas psicológicos decorrentes do racismo, como o Amma – Psique e Negritude, de São Paulo; as voltadas para conscientizar os protestantes negros, como o grupo Negros em Cristo e, até mesmo, aquelas criadas para defender os direitos dos *gays* negros, como o Quimbanda-Dudu, de Salvador.

A luta por ações afirmativas

Quando se comemorou o tricentenário da “imortalidade” de Zumbi dos Palmares, em 20 de novembro de 1995, o movimento negro promoveu a *Marcha sobre Brasília*, reunindo cerca de 20 mil pessoas. Na ocasião, a tônica do discurso não era apenas de “denúncia e protesto, mais do que isso, exigiu-se do governo e dos poderes constituídos a busca das soluções, a serem concretizadas através dos programas de ação anti-racistas em todos os domínios da vida nacional” (Munanga, 1996:90). Depois da

Marcha, as lides políticas de defesa dos direitos dos afro-brasileiros entraram em contínuo refluxo. Este quadro, porém, modificou-se. Pode-se dizer que o movimento negro já saiu da crise e alguns indicadores apontam para um novo período de ascenso de sua luta. Evidentemente, esse processo não é linear; pelo contrário, é marcado por avanços e recuos.

Na atual conjuntura, a principal tendência do movimento é impulsionar a campanha em prol das ações afirmativas. Mas, afinal, o que são ações afirmativas, que também recebem o nome de políticas compensatórias? São programas cuja finalidade é eliminar ou minimizar as desigualdades de oportunidades por meio de políticas públicas (ou privadas) voltadas para favorecer aqueles grupos que, historicamente, sofreram (e sofrem) discriminação negativa, como é o caso de negros, mulheres, *gays* e deficientes físicos. Alguns programas de ações afirmativas estão em curso. Na área da educação, os precursores foram os cursos pré-vestibulares para negros e mestiços da Cooperativa Steve Biko, em Salvador, e do Núcleo de Consciência Negra na USP, em São Paulo. Um outro é o Geração XXI, da ONG Geledes, de São Paulo, projeto financiado pelo BankBoston e que consiste em promover e acompanhar a formação educacional de vinte e um jovens negros num período de nove anos.

No entanto, a proposta mais polêmica de ações afirmativas é o programa de cotas para negros. Atualmente, diversos projetos de lei com essa finalidade estão em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Os primeiros projetos de cotas para negros nas universidades públicas federais do País foram apresentados pelo então senador Abdias do Nascimento (PDT) e pela então deputada Benedita da Silva (PT). Porém, a polêmica só foi colocada na ordem do dia no início de 2003, com a entrada em vigor do primeiro programa do gênero, no qual reservam-se 40% das vagas das universidades estaduais do Rio de Janeiro para estudantes negros.

O interessante é ressaltar que o povo brasileiro não é contrário às políticas de ações afirmativas, nem na sua versão mais polêmica, o programa de cotas. Quem as rejeita são “as classes médias e as elites, inclusive intelectuais” (Guimarães, 2002:71).² Em 1995, o instituto de pesquisa *DataFolha* perguntou a seus entrevistados: “Diante da discriminação passada e presente contra os negros, têm pessoas que defendem a idéia de que a única maneira de garantir a igualdade racial é reservar uma parte das vagas nas universidades e dos empregos nas empresas para a população negra, você concorda ou discorda com essa reserva de vagas de estudo e trabalho para os negros?”. O resultado foi revelador. Os mais pobres (69,5% dos

brancos e 80,3% dos negros que recebem até dez salários mínimos) e os menos escolarizados responderam favoráveis às cotas, posição que se inverteu nas camadas mais abastadas e “cultas”: apenas 30,5% dos brancos que recebem acima de dez salários mínimos responderam favoráveis a tais políticas (*Folha de São Paulo/DataFolha*, 1995:163-166).

O instituto *DataFolha* promoveu uma nova pesquisa em 2006 e os resultados foram semelhantes aos da anterior. Ao entrevistar 6.264 pessoas acima de 16 anos, constatou-se que 65% apóiam a reserva de um quinto das vagas nas universidades públicas e privadas para negros e descendentes. O jornal *Folha de São Paulo* então noticiou: “A maioria dos brasileiros é a favor da adoção das cotas para afrodescendentes nas universidades, mas a aprovação diminui à medida que aumenta a renda familiar e a escolaridade do entrevistado”.³

Uma proposta que chegou ao Brasil na década de 1990 – não menos polêmica do que a de cotas raciais – foi a do movimento das reparações. Argumentava-se que devido aos crimes, aos danos e às atrocidades causadas pela escravidão, o Estado brasileiro teria uma dívida não só moral, mas também material com todo descendente de africano escravizado. O trabalho não remunerado por quase quatro séculos teria significado uma expropriação do negro, que precisa ser reparado materialmente. Este é o princípio norteador do movimento das reparações em todo o mundo. Os judeus, por exemplo, foram indenizados pelo Estado alemão em decorrência do genocídio promovido pelo nazismo. Os africanos escravizados também teriam sido submetidos a um “genocídio” – que incluía o seqüestro da África, o confisco de bens materiais, a devastação populacional, o tráfico negreiro –, por isso seus descendentes aqui deveriam ser compensados pecuniariamente. Com essa perspectiva, foi apresentado o Projeto de Lei nº. 1239, de 1995, do então Deputado Federal Paulo Paim (PT), reivindicando da União a indenização de 102 mil reais para cada descendente de escravo no Brasil.⁴

A bandeira de políticas públicas específicas

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), todas as políticas públicas universais (ou universalistas) implementadas pelo governo de 1929 até o final da década de 1990 não conseguiram eliminar a taxa de desigualdade racial no progresso educacional do brasileiro. No geral, houve uma elevação no nível de escolari-

zação do brasileiro, contudo, de 1929 até a década de 1990, a diferença de anos de estudos dos negros frente aos brancos, em termos relativos, permanece inalterada: “a escolaridade média dos brancos e dos negros tem aumentado de forma contínua ao longo do século XX. Contudo, um jovem branco de 25 anos tem, em média, mais 2,3 anos de estudos que um jovem negro da mesma idade, e essa intensidade da discriminação racial é a mesma vivida pelos pais desses jovens – a mesma observada entre seus avós” (Henriques, 2001:27). Isso significa que programas sociais ou políticas públicas universais, por si só, não têm eficácia para eliminar as desvantagens que os negros levam em relação aos brancos no acesso às oportunidades educacionais. Para se corrigir esta deficiência do sistema racial, Ricardo Henriques (2001:47) conclui que são necessários programas sociais que adotem um recorte racial na sua aplicação.

Os problemas específicos dos grupos que historicamente sofreram (e sofrem) discriminação negativa (como negros, mulheres, *gays*) têm que ser atacados com medidas universais e específicas, combinadamente. A discriminação contra o negro deve ser enfrentada, também, com ações anti-racistas (Domingues, 2005b; Telles, 2003:275-277). Portanto, uma outra tendência do movimento negro, no atual estágio da correlação de forças, é intensificar a campanha em prol de políticas públicas específicas em benefício da população negra. Além disso, exige-se que tais políticas, executadas pelo poderes instituídos (governos municipais, estaduais e federal), estejam em consonância com as reivindicações do próprio movimento.

De toda sorte, essa tendência ainda não está sedimentada. Tanto as forças políticas da direita quanto da esquerda são tributárias de uma visão universalista do problema do racismo. Para a direita, o combate ao racismo supõe uma guerra contra a pobreza e a implementação de medidas que assegurem o crescimento econômico e o pleno emprego. Já para a esquerda marxista tradicional, lutar contra o racismo significa transformar radicalmente a estrutura de classes da sociedade. O racismo é concebido como reflexo dos conflitos de classes, uma arma ideológica propagada pela classe dominante visando à divisão da classe dominada, para legitimar a exploração e garantir a opressão (Munanga, 1996:80). Assim, setores de ambas as correntes políticas entendem que o problema do racismo é um mero epifenômeno do problema social da população, razão pela qual são refratários às políticas públicas específicas.

A institucionalização

Uma outra tendência crescente do movimento negro é a institucionalização, ou seja, a inclinação a ficar vinculado organicamente ao governo ou às instituições do Estado. Isto se materializa na criação de órgãos específicos ou secretarias para tratar da questão racial nos governos municipais, estaduais e federal. Em São Paulo, tem-se em âmbito municipal a Coordenadoria Especial do Negro (CONE), de 1988; no plano estadual, existe o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, de 1984; e, na esfera federal, tem-se a Fundação Palmares, de 1988, com uma conotação mais cultural. Hodierno, existem órgãos públicos voltados, exclusivamente, para se debruçar sobre as questões ligadas à população negra em todos os 26 Estados do país e no Distrito Federal.

Segundo Andrews (1991:38), os referidos organismos, que surgiram na década de 1980, representaram um avanço da luta anti-racista no País, afinal nenhum governo teria dado, até aquele instante, “um passo de criar um grupo de instituições públicas com o interesse de dar publicidade aos temas da discriminação e da desigualdade raciais, bem como de estimular o debate sobre ele”. No entanto, fazendo um balanço crítico, constata-se que esses organismos vêm se notabilizando pela burocratização, falta de dotação orçamentária para operacionalizar os projetos, pelo pouco (ou insuficiente) diálogo com as entidades negras de base e, por vezes, pela inoperância.

Outro problema é que, em troca de cargos nos governos, algumas lideranças do movimento negro são cooptadas politicamente e tornam-se legitimadoras do *status quo*. Assim, essa é uma questão espinhosa, pois, ao se atrelar ao aparelho do Estado, o movimento pode acabar perdendo sua autonomia e contribuir para o silenciamento dos quadros e setores que nele defendem posições mais radicalizadas e, no limite, para o amortecimento das tensões que existem entre frações da população negra e os governos, em suas diversas esferas.

A “ongzação”

Uma tendência já cristalizada do movimento negro é o fenômeno das Organizações Não Governamentais (ONGs). As ONGs são, em teoria, organizações de direito privado, sem fins lucrativos, que realizam objetivos sociais variados. Na avaliação de Darien Davis (2000:54), as ONGs ten-

dem a ser de cinco tipos principais: 1) as que se concentram na educação e promoção cultural; 2) serviços legais que tratam diretamente das questões de direitos humanos e civis e ajudam os afro-brasileiros a apresentarem queixas formais às autoridades; 3) grupos que tratam de necessidades psicológicas, como a auto-estima; 4) grupos que focalizam a questão do emprego e da aquisição de habilidades para o mercado; e 5) organizações que se concentram nas necessidades das mulheres afro-brasileiras.

Atualmente, proliferam ONGs que realizam trabalhos a favor da comunidade negra, no campo da assistência jurídica, da educação, da saúde reprodutiva. São projetos e experiências que vêm apontando saídas alternativas para a melhoria da qualidade de vida da população negra. Entretanto, essas organizações ficam vulneráveis politicamente. Muitas delas desenvolvem ações subordinadas às linhas de financiamento de governos ou de agências estrangeiras, o que implica, em alguns casos, a perda da autonomia ou a mudança de suas metas e prioridades. Além disso, não se pode olvidar que algumas dessas agências financiadoras estrangeiras, como a estadunidense Fundação Ford, foram denunciadas pelo movimento negro na década de 1980 como propulsoras de programas de esterilização em massa de mulheres negras nas principais capitais do país (Movimento Negro Unificado, 1988:36). Em uma perspectiva mais global, as ONGs (também conhecidas como terceiro setor) mantêm uma política assistencialista de substituição do poder público, oferecendo serviços que, a rigor, são obrigações do Estado e direito do cidadão.

O “Partido Negro”

Com a redemocratização do País na década de 1980, muitos ativistas negros se instalaram no interior dos partidos a fim de levar a peleja em prol da valorização racial para o terreno político-institucional. Alguns deles, inclusive, saíram candidatos nas eleições. Este fenômeno aconteceu sobretudo no Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Hodierno, diversos partidos, mesmo os da direita, como o Partido da Frente Liberal (PFL), têm secretarias específicas e inscrevem em seus programas artigos com propostas antidiscriminatórias. Contudo, convém notar que essa postura ainda é uma formalidade política, almejando arrebanhar a simpatia do eleitorado negro, pois, quando os partidos chegam ao poder, quase sempre

esquecem dos eventuais compromissos programáticos hipotecados a favor desse segmento populacional.

Em decorrência justamente desse certo descaso histórico com que os partidos – tanto de direita como de esquerda – trataram da questão racial, muitos ativistas negros buscaram traçar um caminho independente na arena política, uma espécie de terceira via ideológica. É comum ouvir de expoentes da militância o seguinte discurso: “Não sou de direita nem de esquerda, sou negro”.⁵ A implicação dessa postura ideológica geralmente passa pela afirmação da necessidade de o movimento negro construir uma alternativa partidária ou projeto político autônomo. Por isso, não é raro o debate sobre a criação do partido negro, tendo como eixo a campanha pelo voto racial.

Em 1982, foi organizada a Frente Negra para uma Ação Política de Oposição em São Paulo, mas teve vida efêmera. No final da década de 1990 e início da década seguinte, um grupo de lideranças negras encontrava-se em estágio avançado de arregimentação no Rio Grande do Sul e, novamente, em São Paulo. Já no Rio de Janeiro, foi criado o Partido Popular Poder para Maioria (Pppomar), cuja mobilização vinha sendo realizada principalmente pelos grupos de jovens *rappers*. O manifesto de lançamento da agremiação era incisivo: “O Pppomar tem o legítimo e principal objetivo de usar todos os meios constitucionais para transformar [o] contingente de afrodescendentes em cidadãos felizes, integrados verdadeiramente à sociedade do país, capacitados a nela atuar e por ela serem reconhecidos como ‘iguais’”.⁶ Apesar de não ter sido, estatutariamente, um partido negro, o discurso era notadamente racista e tinha como foco central a apologia da causa afro-brasileira. Sua perspectiva era de organizar-se com sede em, no mínimo, 15 diferentes Estados. Vale assinalar que a simples existência de uma agremiação partidária dessa natureza indica um crescente descontentamento e, em alguns casos, uma revolta por parte dos jovens negros, que não toleram mais sua exclusão da sociedade brasileira.

A sindicalização da luta anti-racista

Uma outra tendência do movimento negro que se configura é a intervenção no meio sindical. Com a realização do I Encontro Estadual de Sindicalistas Negros, em 1986, na cidade de São Paulo, iniciou-se uma inédita articulação de dirigentes negros e ativistas sindicais em torno do combate à discriminação racial no ambiente de trabalho. A

abertura de novas frentes de ação pelo movimento implicou numa “ampliação do horizonte da luta contra o racismo na sociedade brasileira, com a adesão de novos atores sociais e o estabelecimento de uma plataforma política que pensa a transformação da realidade como um processo alicerçado no dia-a-dia” (Cardoso, 2002:201).

A partir da década de 1990, surgiram no interior das centrais sindicais os órgãos ou as secretarias que tratariam, especificamente, da chamada “questão racial”. Na Central Única dos Trabalhadores (CUT), foi criada a Comissão Nacional Contra a Discriminação Racial. Em 1990, a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) realizou o Seminário Nacional de Sindicalistas Anti-Racistas, no qual aprovou a formação de uma Comissão Nacional Cegetista Contra a Discriminação Racial. Na Força Sindical, foi criada a Secretaria Nacional de Pesquisas e Desenvolvimento da Igualdade Racial da Força Sindical. Em 20 de Novembro de 1995, as três centrais sindicais do Brasil (CUT, CGT e Força Sindical) aliaram-se para fundar o Instituto Interamericano pela Igualdade Racial (INSPIR). O seu primeiro presidente foi Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, um então sindicalista negro de notoriedade.

Atualmente, existem comissões específicas que tratam da “questão racial” nos maiores sindicatos do País. De modo geral, essas comissões desenvolvem programas de educação sindical anti-racista, com palestras, seminários, cursos, distribuição de material de propaganda e orientação de como fiscalizar o comportamento discriminatório no cotidiano do ambiente de trabalho. Além disso, existe uma campanha pela implementação da Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁷, pela regulamentação dos dispositivos constitucionais antidiscriminatórios e, finalmente, pelo aperfeiçoamento da legislação contra o racismo do País. Para acelerar esse processo no governo de Fernando Henrique Cardoso, o Ministério do Trabalho criou o Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação (Gtedeo), em março de 1996.

É importante frisar que essas comissões – especializadas na promoção da igualdade racial no trabalho – enfrentam uma série de dificuldades: ficam isoladas nos sindicatos, muitas apenas cumprem um papel simbólico, “mas não se ocupam da questão política em termos de discutir a responsabilidade das organizações sindicais na reprodução das desigualdades raciais” (Bento, 2000:334). O racismo ainda é visto pelo movimento sindical como um problema secundário. Porém, diante da negligência histórica desse

movimento para com as assimetrias entre negros e brancos, a sensibilização de alguns sindicalistas, ainda que modesta, representa um avanço no processo de conscientização racial da sociedade brasileira.

A celebração da negritude

A última tendência que se indica nos marcos do movimento negro é a da celebração racial, política que, diga-se de passagem, já se consolidou na última década. Uma expressão emblemática dessa política é a postura dos grupos *afro* da Bahia. A celebração da negritude veiculada em frases ou refrões das músicas – como “Eu sou negão”, “A minha beleza negra, aqui é você quem manda”, “Que bloco é esse/ Eu quero saber/ É o mundo negro que viemos mostrar pra você” – é uma evidência da importância atribuída pelo movimento negro à afirmação racial.

Procura-se celebrar a negritude não só pela música, mas também pelo corpo, pela dança, pela estética, enfim, por símbolos artísticos e artefatos culturais (Sansone, 2004). Ser membro de um dos grupos *afro*, o *Ilê Ayê*, por exemplo, é uma exclusividade dos negros, os quais têm sua indumentária, sua beleza, seu cabelo, seus heróis exaltados pelos ritmos das músicas, um ritmo que combina samba com os tambores religiosos das cerimônias do candomblé. Muitos ativistas admitem que, por intermédio das atividades do movimento negro, aprenderam sobre personagens e acontecimentos históricos importantes dos africanos em diáspora e seus descendentes, como Zumbi dos Palmares e a Revolta dos Malês.

Além disso, pululam boletins, jornais e revistas da “raça”, clubes e bailes *blacks*, cosméticos e salões de beleza *afro*, bem como campanhas – por meio de camisetas, pingentes, etc. – com *slogans* do tipo: *Negro é lindo!*, *Negro 100%*. Impulsionada politicamente, essa revalorização da negritude pretende funcionar como mecanismo pedagógico de construção do orgulho racial. Em outros termos, a estratégia política de enaltecimento dos símbolos e artefatos culturais atribuídos aos negros tem o intuito de produzir auto-estima e uma auto-imagem positiva nesse segmento populacional. Para o movimento negro, o processo de superação do racismo passa, indubitavelmente, pela etapa de (re)encontro do afro-brasileiro com sua identidade étnica.

Dilemas e desafios do movimento negro contemporâneo

O movimento negro brasileiro contemporâneo enfrenta uma série de dilemas, impasses e desafios. Doravante, eles serão sumariados e brevemente analisados. O primeiro desses dilemas reside no projeto estratégico formulado pelo movimento no decorrer das décadas. As práticas culturais de suas organizações constituíram o principal mecanismo de mobilização política. Em alguns casos, as atividades ligadas à “cultura negra”, como música, dança e arte, desempenharam um papel relevante na conscientização racial; em outros, serviram como importantes fóruns de educação política. Como assevera Barcelos (1996:202), “a estratégia parece ser reforçar a diferença com base nos fatores culturais, e assim viabilizar um projeto político específico da comunidade negra”.

No entanto, o setor majoritário do movimento negro, historicamente, transformou as práticas culturais não em meios, mas em fins em si mesmo, na principal estratégia na luta anti-racista. Como resultado, as conquistas simbólicas não foram revertidas em benefícios concretos à população negra, em termos de direitos civis. Na política culturalista, “as práticas culturais funcionam como fins em si, e não como meios para se chegar a um conjunto mais abrangente e heterogêneo de atividades ético-políticas. Nas práticas culturalistas, os símbolos e artefatos afro-brasileiros e afro-diaspóricos são reificados e transformados em mercadoria; a cultura se transforma em coisa, não em processo profundamente político” (Hanchard, 2001:38).

Assim, é lícito afirmar que o movimento negro brasileiro centrou demasiadamente sua atenção nas atividades culturais, em vez de pressionar o Estado e a sociedade civil por direitos econômicos e políticos. É pela via política que podem ser tomadas medidas capazes de reverter os principais indicadores sociais desfavoráveis aos afro-brasileiros. Percebe-se, todavia, que o movimento propende cada vez mais a priorizar a esfera política da lide anti-racista. Este quadro, aliás, já vem se delineando com as mobilizações em prol das ações afirmativas.

Um dos impasses do movimento negro repousa no fato de um número razoável de ativistas postular um projeto estratégico que, aqui, vai ser denominado de *racialista*. Este projeto está fundado na premissa de que “existem características hereditárias, possuídas por membros de nossa espécie, que nos permitem dividi-los num pequeno conjunto de raças, de tal modo que todos os membros dessas raças compartilham

entre si certos traços e tendências que eles não têm em comum com membros de nenhuma outra raça. Esses traços e tendências característicos de uma raça constituem, segundo a visão racista, uma espécie de essência racial” (Appiah, 1997:33). Para os adeptos dessa concepção, descrita por Appiah, a cor da pele sempre está em primeiro plano, isto é, os valores da “negritude” pairam acima de todas as demais contradições da sociedade, daí a subordinação freqüente dos interesses de classe, gênero, orientação sexual, aos de “raça”. As implicações políticas dessa avaliação são perigosas. Por exemplo, nas eleições municipais de São Paulo, em 1996, o setor racista do movimento negro apoiou a candidatura de Celso Pitta (PPB) para prefeito. Na ocasião, afirmava-se que o mais importante era a negritude de Celso Pitta e não os demais fatores que envolviam sua candidatura, como o conteúdo de classe de seu programa político. O resultado desse processo foi revelador. Depois de eleito, Pitta colocou seu mandato à serviço dos interesses de alguns setores da elite tradicional – coincidentemente branca – e ignorou a pauta de reivindicações do movimento negro.

A visão racista restringe o problema da população negra à linha de cor, não reconhecendo as divisões de classe, gênero, orientação sexual no interior dessa população. Além disso, cumpre enfatizar que a cor do representante político não é garantia de compromisso com a questão racial. Em 1986, três políticos negros foram eleitos governadores no país: Alceu Collares (PDT), no Rio Grande do Sul; Albuíno Azeredo (PDT), no Espírito Santo e João Alves (PFL), no Estado de Sergipe. Porém, nenhum deles teve a preocupação de atacar o padrão das desigualdades de oportunidades para negros e brancos.

Existe o premente desafio da unificação orgânica da pugna anti-racista no país. Enquanto as múltiplas entidades continuarem atuando de formas isoladas ou dispersas, o potencial político do protesto negro permanecerá diluído. Mesmo diante da diversidade de grupos e entidades, faz-se necessário um órgão coordenador ou uma frente centralizada que galvanize as ações do movimento em âmbito nacional.

Um outro desafio do movimento negro diz respeito à sua habilidade para enfrentar a falta de disposição de uma grande parcela da população afro-brasileira, em assumir a luta coletiva. Apesar de o negro geralmente saber – parcial ou plenamente – da existência da discriminação racial (que muitas vezes vem à tona, por exemplo, no momento de ele procurar emprego ou ser abordado na rua pelos

policiais militares), sua postura não passa de constatação empírica; assim, não se reverte em engajamento político nas fileiras das entidades afro-brasileiras.⁸ Isto contribui para que o movimento negro contemporâneo seja esvaziado e reúna somente um setor vanguardista.

Uma outra dificuldade de mobilização desse movimento é reflexo do nosso modelo racial. Como no Brasil não existe um conflito racial declarado, torna-se difícil congregiar os afro-brasileiros numa plataforma de ação conjunta. Em outros termos, como aqui as contradições raciais são mascaradas, não é uma tarefa fácil persuadir o negro a se insubordinar politicamente contra um problema que oficialmente não existe. O resquício do mito da democracia racial permanece incrustado no imaginário social, propalando o eficaz discurso de que o problema no Brasil não é racial, mas simplesmente social.

O movimento negro, outrossim, tem o desafio de unir “pretos” e “pardos” (conforme classificação oficial do IBGE) em um programa comum. É sabido que a classificação racial das pessoas no Brasil é ambígua, plástica, gelatinosa. Em grande medida, isso acontece devido ao discurso político da mestiçagem, que divide ou impede a união de todos os afrodescendentes numa única categoria. Para o setor majoritário do movimento, ser negro é, antes de tudo, uma tomada de posição política. Por isso, mais importante que o grau de melanina na pele, é detectar quem está disposto a assumir os embates contra as iniquidades raciais. Este critério de identificação talvez seja o mais adequado, mas ainda está em descompasso com o nível de consciência racial dos brasileiros.

Um outro dilema do movimento negro é quanto à sua concepção de luta. A maior parte do setor racista desse movimento entende que os afro-brasileiros são os únicos que devem participar das hostes anti-racistas. Aqui, tal concepção vai ser designada de política de “gueto”, pois se pleiteia estabelecer um cordão de isolamento político dos negros em relação aos brancos. Ora, a luta contra a desigualdade racial é antes uma tarefa democrática (Fernandes, 1989), que deve ser travada pelo conjunto da sociedade, perpassando, evidentemente, pelo apoio efetivo dos não-negros. Tem-se que atrair o maior número de pessoas à defesa de uma sociedade mais igualitária, educando os negros e reeducando os brancos. Em realidade, a política de alianças com os não-negros é fundamental para qualquer projeto conseqüente de superação das desigualdades raciais.

Um outro impasse do movimento negro contemporâneo reside no fato de que várias lideranças formam uma pequeno-burguesia intelectualizada – muitas das quais com curso superior – e, ainda assim, não

conseguem formular um discurso que sensibilize a massa dos negros pobres e não escolarizados. Para os afro-brasileiros desempregados e aqueles que vivem em estado de penúria, a discriminação racial é a menor das preocupações cotidianas. Conforme inferi Andrews (1998:310), “alimentação, habitação, água potável, esgotos, segurança pessoal, um emprego - qualquer uma dessas preocupações imediatas e concretas tem mais importância na lista das prioridades dos negros pobres do que o objetivo mais elusivo e abstrato da igualdade racial”. Alguns, inclusive, alegam que não têm nada em comum com os ativistas negros profissionais, exceto a cor da pele. Apesar de todos os esforços, da linguagem, da retórica e das aspirações, as lideranças do movimento negro organizado ainda estão descoladas da vida de seus “patrícios” pobres e da classe trabalhadora.

Ademais, esboça-se uma mudança no perfil dos ativistas. As lideranças negras, principalmente, são cada vez mais profissionalizadas, sendo remuneradas para se dedicar quase que exclusivamente à militância política. Isto era impensável para as lideranças do movimento negro das gerações anteriores, as quais realizavam a militância de maneira voluntária e ainda tinham que trabalhar em período integral, para contribuir no sustento da família (Leite, 1992).

O último dilema que se aponta é a dificuldade de o movimento negro se constituir como força política eleitoral. A despeito do aumento da participação nos pleitos eleitorais, esse movimento ainda não consegue o apoio da massa de afrodescendentes para eleger seus candidatos a cargos a nível municipal, estadual e federal, mesmo quando as campanhas políticas de tais candidatos têm como eixo central o combate ao racismo na sociedade brasileira. O desafio colocado, portanto, é quebrar as barreiras que impedem a identificação dos eleitores negros com os candidatos do movimento que, em tese, são seus legítimos representantes.

Considerações Finais

O protagonismo negro contemporâneo é herdeiro de uma tradição de insurgência que atravessa todo o período republicano. A trajetória desse protagonismo vem se caracterizando pelo dinamismo, pela elaboração e reelaboração, em cada conjuntura histórica, de diversas estratégias de mobilização e de luta pela justiça racial.

No período republicano, o Estado brasileiro, ora com seu discurso nacionalista ora assimilacionista, impediu que o movimento negro promovesse o florescimento de uma contundente consciência racial, pré-requisito fundamental para a conquista de direitos a favor da população de ascendência africana. Hanchard (2001:37) acrescenta: “Como poderiam os brasileiros negros lutar pela igualdade racial numa nação que não tem um compromisso democrático com seus cidadãos como um todo, e, ao mesmo tempo, lutar contra uma ideologia que, para começo de conversa, afirma não haver nenhuma necessidade dessa luta? Essa tem sido a dificuldade crucial e singular dos ativistas afro-brasileiros”.

De toda sorte, a ação do movimento negro foi determinante para a sociedade brasileira se conscientizar, de forma crescente, de suas contradições raciais. Malgrado as divergências entre as entidades quanto à natureza, aos métodos de luta e às formas de organização, houve um acúmulo de forças desse movimento nos embates pelas conquistas de direitos civis, bem como pela construção da efetiva igualdade de oportunidades raciais no País. Em sua pluralidade, escreve Guimarães (2002:105), “o movimento negro recente trouxe para a cena brasileira uma agenda que alia política de reconhecimento (de diferenças raciais e culturais), política de identidade (racialismo e voto étnico), política de cidadania (combate à discriminação racial e afirmação dos direitos civis dos negros) e política redistributiva (ações afirmativas ou compensatórias)”.

Um dos “méritos” da atual geração de ativistas é que logrou mostrar para a sociedade brasileira que ela é mais “africana” do que “européia”. No último período, o protesto negro vem abdicando às reivindicações gerais e empreendendo uma linha de ação mais propositiva, de luta por reivindicações específicas, que garantam a inserção da população de ascendência africana no sistema vigente. O eixo tático do movimento negro, portanto, passou a ser: promoção imediata da igualdade de oportunidades raciais; do “denuncismo” para as soluções concretas.

A principal tendência do movimento negro contemporâneo é cristalizar o projeto anti-racista que prioriza a esfera político-institucional como espaço de ação. Em vez da celebração *culturalista*, o movimento procura instar o Estado e a sociedade civil por direitos econômicos e políticos. A prova mais cabal desse processo é a atual campanha em prol da implementação das ações afirmativas.

Por sinal, a implementação das primeiras políticas de ações afirmativas, dentre as quais o programa de cotas para negro, praticamente decreta o fim do mito da democracia racial, ou seja, do ideário de ausência de preconceitos ou discriminações entre brancos e negros (Domingues, 2005b:174). A vigência de políticas reparatórias, por si só, é uma confissão do poder público no que diz respeito à existência de racismo e de um problema específico das pessoas de ascendência africana no Brasil. Ademais, na medida em que tais programas estabelecem critérios fixos para definir quem é negro, podem cooperar para a polarização das categorias raciais no País, colocando em xeque, também, a ideologia da mestiçagem na sociedade brasileira.

Para finalizar, ousa-se traçar um prognóstico. O futuro mais promissor do movimento negro organizado no Brasil é sair de seu relativo sectarismo racialista e fomentar um arco de alianças com os setores progressistas da sociedade civil – particularmente com os movimentos populares –, comprometidos em atacar as desigualdades estruturais na sociedade brasileira. Daí a necessidade de incorporar a questão racial à pauta de preocupações das lutas políticas dos trabalhadores, mulheres, *gays*, estudantes, enfim, de todos os setores subalternos da sociedade. Todas as vezes que o movimento negro – resguardando sua autonomia – atuou com suas reivindicações nas frentes políticas coadunado com outros movimentos populares, os resultados foram animadores.

Notas

* Artigo submetido à avaliação em 8 de maio de 2007 e aprovado para publicação em 25 de maio de 2007.

¹ I Encontro Nacional de Entidades Negras. Avaliação Política. São Paulo, CONEN, mimeo.

² Em linhas gerais, estes intelectuais utilizam a cidadania universal como ponto de referência à integração justa de todos os brasileiros. Porém, como argumenta Sérgio Costa (2006:213), “o apelo à universalidade do princípio da cidadania, ainda que normativamente correto, parece cego à história. Afinal, desde a abolição da escravidão nunca houve mecanismos constitucionais legais de desfavorecimento dos negros. Contudo, [...] os negros têm menos chances de ascensão social que brancos. Ou seja, não há razões para que os negros brasileiros acreditem no tratamento igualitário prometido pela lei: as práticas sociais se encarregam, sistematicamente, de reintroduzir a desigualdade de oportunidades”.

³ *Folha de São Paulo*. São Paulo, 23.07.2006, p. C 4.

⁴ É no art. 2º. do referido Projeto de Lei que está assinalado: “A União pagará, a título de reparação, a cada um dos descendentes de africanos escravizados no Brasil o valor equivalente a R\$ 102.000,00 (cento e dois mil reais)”. *Congresso Nacional*. Projeto de Lei nº. 1239 (apresentado pelo Deputado Federal Paulo Paim), Brasília, 1995.

⁵ Em entrevista à revista *Caros Amigos*, Sueli Carneiro – uma liderança do movimento negro –, reforçou uma variante desse clichê: “Sabe, entre a esquerda e a direita, sei que continuo preta”. *Caros Amigos*. Fevereiro de 2000, p. 29.

⁶ Manifesto do Partido Popular Poder para Maioria – Pppomar. Rio de Janeiro, 11.05.2001.

⁷ Desde 1965, o governo brasileiro ratificou a Convenção nº. 111 da OIT, que trata da discriminação no emprego e na profissão. Ao fazer isso, assumiu o compromisso de formular e aplicar uma política nacional que tenha por fim promover, por métodos adequados às circunstâncias e aos usos nacionais, a igualdade de oportunidades e de tratamento em matéria de emprego e profissão, com o objetivo de eliminar toda discriminação (Telles, 2003:271).

⁸ Em livro publicado recentemente, Sérgio Costa (2006:218) vai mais longe ao afirmar que não apenas o negro, mas “a população brasileira percebe a existência do racismo, falta o passo seguinte que é reconhecer a necessidade de combatê-lo”.

Referências

ANDREWS, George Reid. O protesto político negro em São Paulo (1888-1988). *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, nº. 21, p. 27-48, 1991.

_____. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Trad. Magda Lopes. Bauru-SP: Edusc, 1998.

APPIAH, Kwame Athony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

Azevedo, Célia Maria Marinho de. *Anti-racismo e seus paradoxos: reflexões sobre cota racial, raça e racismo*. São Paulo: Annablume, 2004.

BARBOSA, Márcio [entrevista e textos]. *Frente Negra Brasileira (Depoimentos)*. São Paulo: Quilombhoje, 1988.

BARCELOS, Luiz Cláudio. Mobilização racial no Brasil: uma revisão crítica. *Afro-Ásia*, Salvador, nº. 17, p. 187-210, 1996.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Racismo no trabalho: o movimento sindical e o Estado. In: GUIMARÃES, Antônio S. A. e HUNTLEY, Lynn (Orgs.). *Tirando a máscara. Ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 325-342.

CARDOSO, Hamilton. Limites do confronto racial e aspectos da experiência negra do Brasil. In: Emir Sader (Org.). *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. História recente: dez anos de movimento negro. *Teoria e Debate*, São Paulo, nº 2, p. 10-13, 1988.

_____. A questão étnica e os movimentos sociais. *Proposta*, Rio de Janeiro, nº. 51, p. 5-8, 1991.

CARDOSO, Marcos. *Movimento negro em Belo Horizonte (1978-1998)*. Belo Horizonte: Mazza edições, 2002.

COSTA, Sérgio. *Dois atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

CRUZ, Manoel de Almeida. *Alternativas para combater o racismo*. Salvador: Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, 1989.

CUNHA Jr, Henrique. *Textos para o movimento negro*. São Paulo: Ed. Edicon, 1992.

DARIEN, J. Davis. *Afro-brasileiros hoje*. Trad. Felipe Lindoso. São Paulo: Summus, 2000.

DOMINGUES, Petrônio. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Ed. Senac, 2004.

_____. *A insurgência de ébano. A história da Frente Negra Brasileira (1931-1937)*. Tese de Doutorado: FFLCH-USP, São Paulo, 2005a.

_____. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, nº. 29, p. 164-176, 2005b.

FERNANDES, Florestan. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

_____. Luta de raças e de classes. *Teoria e Debate*, São Paulo, nº. 2, p. 6-9,

1988.

FOLHA DE SÃO PAULO/DATAFOLHA. *Racismo cordial*. São Paulo: Ática, 1995.

FRY, Peter. *A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década. In: HASENBALG, Carlos e GONZALEZ, Lélia (Orgs.). *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982, p. 9-66.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Luiz Antônio Silva (Org.). *Movimentos sociais, urbanos, memórias étnicas e outros estudos*. Brasília: Anpocs (Ciência Sociais Hoje, 2), 1983, p. 223-244.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____ e HUNTLEY, Lynn (Orgs.). *Tirando a máscara. Ensaio sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HANCHARD, Michael George. *Orfeu e o poder: movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro: IPEA (Texto para discussão, nº. 807), 2001.

LEITE, José Correia. *...E disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos*. Organização e textos de Cuti. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

MAUÉS, Maria Angélica Motta. Da 'branca senhora' ao 'negro herói': a trajetória de um discurso racial. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, nº. 21, p. 119-129, 1991.

_____. *Negro sobre negro: a questão racial no pensamento das elites negras brasileiras*. Tese de Doutorado: IUPERJ (Conjunto Universitário Cândido Mendes), Rio de Janeiro, 1997.

Movimento Negro Unificado. *1978-1988: 10 anos de luta contra o racismo*. São Paulo: Confraria do livro, 1988.

MOREIRA, Renato Jardim e LEITE, José Correia. *Movimentos sociais no meio negro*. São Paulo: s/d, mimeo.

MOURA, Clóvis. *Brasil: as raízes do protesto negro*. São Paulo: Global, 1983.

_____. *História do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Editora Anita, 1994.

MUNANGA, Kabengele (Org.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MÜLLER, Ricardo Gaspar. *Identidade e cidadania: o Teatro Experimental do Negro*. Dissertação de Mestrado: UFMG, Belo Horizonte, 1988.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978b.

_____. *Quilombismo*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1980.

_____. *O negro revoltado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

OLIVEIRA, Dennis de. *Globalização e racismo no Brasil*. São Paulo: Legítima Defesa, 2000.

PINTO, Regina Pahim. *O movimento negro em São Paulo: luta e identidade*. Tese de Doutorado: FFLCH-USP, São Paulo, 1993.

ROLAND, Edna. O movimento das mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas. In: GUIMARÃES, Antônio S. A. e HUNTLEY, Lynn (Orgs.). *Tirando a máscara. Ensaio sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 237-256.

SANSONE, Lívio. *Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil*. Trad. Vera Ribeiro. Salvador: Edufba; Pallas, 2004.

SANTOS, Hélio. *A busca de um caminho para o Brasil*. São Paulo: Ed. Senac, 2001.

SANTOS, Joel Rufino dos. Movimento negro e crise brasileira. In: SAN-

TOS, Joel Rufino dos e BARBOSA, Wilson do Nascimento. *Atrás do muro da noite; dinâmica das culturas afro-brasileiras*. Brasília: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994.

SILVA, Jônatas C. da. Histórias de lutas negras: memórias do surgimento do movimento negro na Bahia. In: REIS, João J. (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade; estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SILVA, Joselina da. A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, ano 25, nº. 2, p. 215-236, 2003.

SILVA, Maria Auxiliadora Gonçalves da Silva. *Encontros e desencontros de um movimento negro*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 1994.

SILVA, Martiniano J. *Racismo à brasileira: raízes históricas*. 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 1995.

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Trad. Nadjeda Rodrigues Marques, Camila Olsen. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.